

A previsão de escolas que tenham a Língua Brasileira de Sinais (Libras) como primeira língua e a língua portuguesa como segunda foi uma das principais propostas aprovadas pela Conferência de Educação da Cidade de São Paulo, realizada de 18 a 20 de junho.

O eixo de educação inclusiva e educação especial foi um dos que mais receberam sugestões das etapas anteriores de construção do plano: foram 799 propostas de toda a cidade, sendo que 114 delas foram sistematizadas no documento-base do plano.

Devido à forte participação da comunidade surda no processo como um todo, muitas das propostas diziam respeito à educação de surdos, em particular. Para Paulo Vieira, presidente da Associação dos Surdos de São Paulo, a proposta de educação bilíngue permitirá uma inclusão mais efetiva dessas pessoas: “acredito que ajudará muito para que no futuro tenhamos mais líderes surdos que possam dar opiniões sobre seus direitos”.

Odirlei Roque de Faria, intérprete de Libras que também atua na Associação, destaca ainda outras propostas aprovadas: a manutenção e a reestruturação das escolas de surdos já existentes na cidade; a garantia de presença de professores surdos nas escolas e de profissional intérprete e guia-intérprete para os surdo-cegos; e a criação de cargos de instrutor surdo.

Educação especial x inclusiva

A polarização que muitas vezes aparece no debate da educação inclusiva entre a matrícula obrigatória em escolas regulares e a possibilidade de manter as escolas especiais não apareceu na Conferência de São Paulo – diferentemente do que aconteceu na Conferência Nacional de Educação (Conae), segundo Odirlei.

“Existe toda uma vertente da educação inclusiva que diz que falar em educação dos surdos e educação bilíngüe não é dizer não à inclusão, apenas respeitar as diferenças, que no caso dos surdos é a questão linguística. Mas existe uma determinada vertente que não entende assim, e isso foi muito forte na CONAE”, explica o intérprete.

Segundo Liliane Garcez, representante do Fórum Permanente de Educação Inclusiva e delegada da Conferência, as etapas da Conae ajudaram a fortalecer essa pauta para além do nicho da educação especial.

“Conseguimos a duras penas sair da dicotomia se é melhor escola especial ou regular comum; está posto que a melhor é a escola regular comum. Mas na discussão sobre como essa escola tem que estar, os surdos ainda acham que o começo da escolarização deve acontecer nas escolas com professores surdos”, explica Liliane.

Para ela, apesar de essa ainda não ser a posição que o Fórum defende, foi um grande avanço eliminar os espaços segregados de educação especial, e passar para a ideia de escolas

bilíngües. “Isso vai facilitar a entrada da criança surda na escola regular comum”, afirma.

Para toda a cidade

De acordo com Liliane, outro avanço interessante do plano é tratar a educação no território como um todo, não apenas da rede municipal. “Conseguimos eliminar a nomenclatura que era tipicamente do município [como as SAAls – Sala de Apoio e Acompanhamento à Inclusão] para conseguir ampliar as políticas para toda a cidade”, diz.

Para ela, a implementação das mudanças da organização da educação no município ficam a cargo dos gestores. Mas, se o impacto das propostas no município é menor, no estado pode ser mais importante: “no âmbito estadual ainda existem salas e escolas especiais para todas as deficiências. Esperamos que o estado entre agora com um pé firme na política de educação inclusiva”, afirma Liliane Garcez.

Participação

A organização disponibilizou intérpretes de Libras em todos os espaços de discussão e telões. Na plenária final, houve vários momentos em que pessoas surdas se dirigiram à mesa por meio da interpretação em Libras para apresentar emendas e questionar encaminhamentos.

Paullo Vieira elogiou a atuação dos intérpretes, mas pondera que a iluminação e a localização dos profissionais poderiam ter sido melhores: “faltou iluminação para ver o intérprete, estava um pouco escuro e os surdos fizeram força para ler. Foi um pouco cansativo e, pior, o telão

ficou muito escuro por falta de iluminação também”.

“Uma dificuldade grande, na minha percepção de intérprete, era quando várias pessoas queriam tomar a palavra ao mesmo tempo”, destaca Odirlei. “Por isso, várias falas passaram sem os surdos saberem que foram ditas. Alguns delegados se exaltam e falam juntos, e isso dificulta o entendimento dos surdos”.

O próprio andamento do processo, acelerado por causa do pouco tempo para votar todos os eixos, também prejudicou a participação dos surdos. “Alguns iam à frente tomar a palavra para discutir alguma proposta. Mas, nesse movimento, e também ao ficar de lado entrando em acordo por alguma alteração de texto, ele perdia o andamento, porque a plenária geral continuava nos próximos pontos. Os ouvintes conseguem conversar e ouvir o que está sendo dito”, explica Odirlei de Faria.

Ao menos uma vez, quando isso aconteceu, a plenária aceitou a reivindicação de um delegado surdo para que uma votação fosse refeita.